

A Skillshare África na África Austral

O Programa de Moçambique 1999-2004



Missão: A Skillshare África trabalha para o desenvolvimento sustentável em parceria com os povos e comunidades da África Austral. Realizamos isto através da partilha e desenvolvimento de aptidões, promovendo a eficiência organizativa e apoiando o crescimento organizacional.

Valores

Identificamos os valores globais que guiarão o nosso trabalho. A Skillshare África:

- reconhece o direito dos povos a determinar e desenvolver o seu próprio futuro;
- está empenhada no desenvolvimento organizacional e pessoal das comunidades,
- acredita que trabalhar em parceria é central para o efectivo desenvolvimento económico e social das comunidades e povos.

Objectivos Estratégicos

Identificamos cinco objectivos estratégicos chave:

- apoiar a redução da pobreza, melhorar as condições de vida e criar meios de vida sustentáveis a longo prazo através da assistência ao processo de desenvolvimento tanto a nível regional como em cada país onde a Skillshare Africa opera;
- desenvolver parcerias de grande amplitude com organizações na África Austral, trabalhando juntamente com elas na identificação das suas necessidades em relação às aptidões técnicas e ao desenvolvimento organizacional
- determinar as formas diversas e inovadoras através das quais as necessidades das organizações parceiras possam ser satisfeitas no quadro das necessidades continuamente em evolução da região, aprendendo de modelos da prática programática exemplar
- alargar a compreensão e a consciência da importância do trabalho de desenvolvimento internacional através da criação de uma base de apoio mais ampla
- desenvolver e diversificar a nossa base de recursos, em termos de recursos organizacionais, financeiros e humanos, de forma conducente ao potenciamento das nossas actividades

A Skillshare África produziu uma nova Estratégia Global da Organização definindo a nossa missão, os valores e os objectivos estratégicos para o quinquénio 1999-2004

Ao mesmo tempo, prepararam-se Programas Nacionais para cada um dos países em que nós trabalhamos na África Austral.

Estes programas interpretam os nossos objectivos globais em objectivos estratégicos mais específicos para o programa, concretizando a nossa contribuição para o desenvolvimento desses países.

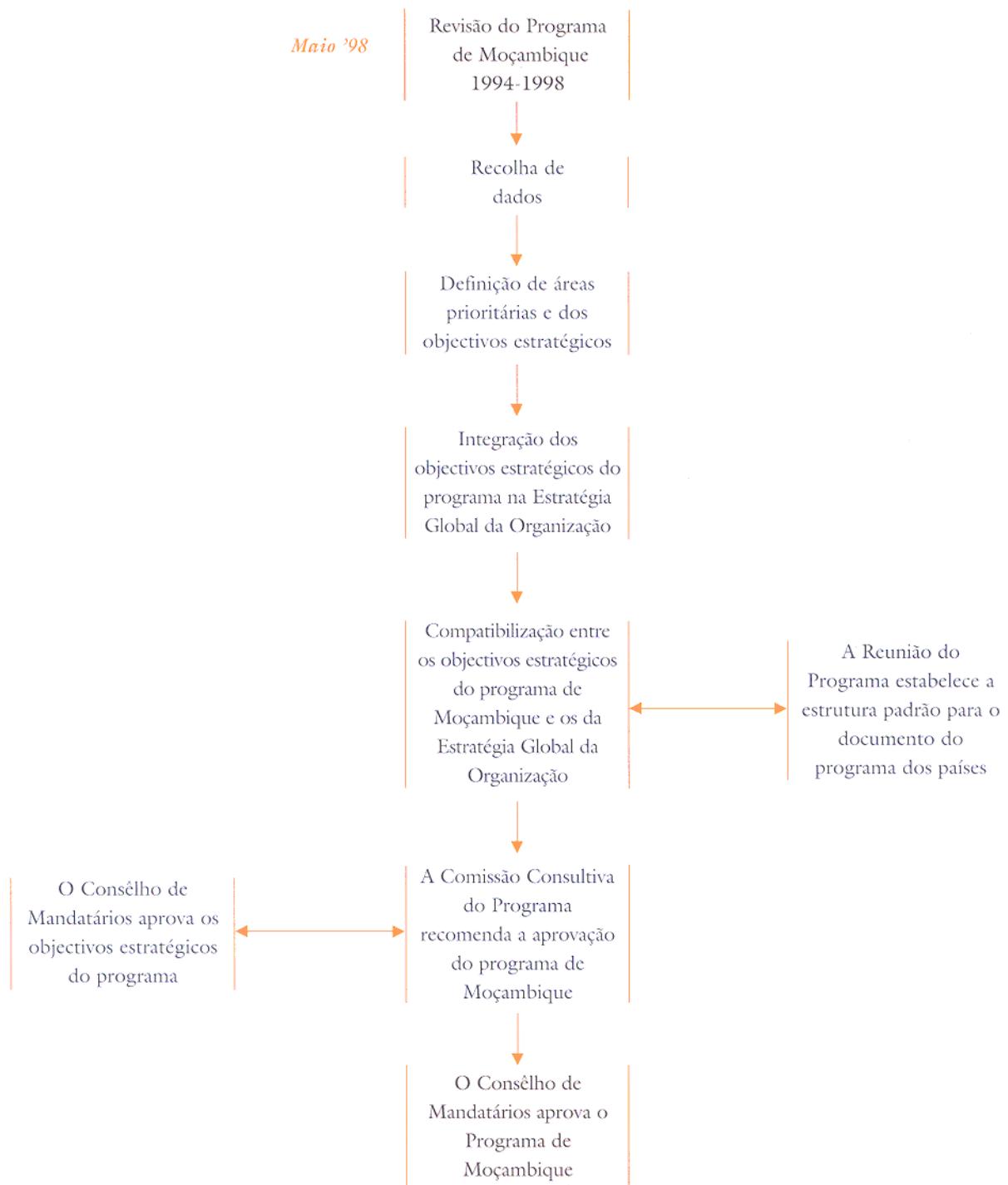
Cada programa coloca as necessidades específicas do desenvolvimento desse país no contexto nacional e historia brevemente o envolvimento da Skillshare África.

A produção de novos Programas Nacionais é resultante de um processo de revisão e consulta que envolveu a participação de pessoas ligadas à Skillshare África em cada país, tanto interna como externamente. De entre os participantes no processo de consulta, estiveram incluídos trabalhadores do escritório da Skillshare África no país, membros da Comissão Consultiva do Programa, representantes de

comunidades locais, de parceiros do programa e de trabalhadores do desenvolvimento em serviço no país.



O processo de preparação do programa



O contexto nacional

O quadro do Desenvolvimento Humano

Moçambique é um país com uma área de 799.380 km² e uma população estimada de 17.299.184 (Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano 1998 - RNDH 1998). Tendo adquirido a Independência Nacional em 1975, após 11 anos de luta armada de libertação nacional, o país teve de enfrentar uma guerra contra a Rodésia (1976-1980) e uma guerra civil (1981-1992), preparada e patrocinada pelo regime do apartheid, que conduziu à perda de mais de um milhão de vidas humanas, criou mais de um milhão e meio de refugiados fora do país e cerca de quatro milhões de deslocados internamente.

Esta última colocou Moçambique na posição do país mais pobre do mundo estando, actualmente, na posição de 166 entre 174 países do glóbo com um Índice de Desenvolvimento Humano de 0.281 (PNUD Relatório do Desenvolvimento Humano 1998, dados de 1995).

Depois da assinatura do acórdo de paz em 1992 e consequentes eleições gerais de 1994, imensos progressos tem sido feitos no sentido da paz, estabilidade e unidade nacional do país.

As instituições democráticas tem-se consolidado a nível nacional, sendo a Frelimo e a Renamo os principais protagonistas do debate político na Assembleia da República.

As recentes eleições locais, realizadas em várias regiões do País, vieram acelerar o processo de descentralização com a criação de novos Municípios, com uma maior autonomia financeira e política.

O programa de reajustamento estrutural da economia introduzido pelo govêrno em 1987 transformou-se no Programa de Reabilitação Económica e Social no pós-guerra com um impacto grande na recuperação económica do País, resultando num crescimento do Produto Interno Bruto de cerca de 6% em 1996, 14.1% em 1997 (RNDH 1998) e 11.3% em 1998 (The Economist Intelligence Unit Mozambique Country Profile 1999-2000) e na redução da inflação de 70% em 1994 para 5.8% em 1997 e -1.3% em 1998.

As reformas e sucessos na área económica produziram um efeito imediato no Índice do Desenvolvimento Humano (IDH). De acórdo com o Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano (1998), os maiores benefícios trazidos pela paz e estabilidade política manifestam-se na educação com a melhoria significativa da taxa de alfabetização adulta e da taxa bruta de escolaridade e na área económica, que resultou no crescimento do PIB per capita de US\$ 959 em 1995 para US\$ 1,439.6 (previsão) em 1998.

Estes crescimentos resultaram na melhoria do Índice do Desenvolvimento Humano de 0.281 em 1995 para 0.357 em 1998.

Apesar dos sucessos na área económica, de acórdo com o RNDH 1998, a incidência da pobreza em 1997 era de 69.4%, com mais de 2/3 da população vivendo num estado de pobreza absoluta. A maioria da população vive nas zonas rurais onde as condições de vida ainda são precárias, o que aumenta a pressão para a migração das zonas rurais para os centros urbanos.

Embora dotado de terras férteis, de uma costa extremamente rica em pescado, de extensas florestas e potencialidades energéticas e minerais excelentes, Moçambique continua a ser, apesar do relançamento económico nos últimos anos, um dos países mais pobres do mundo e por conseguinte, ainda dependente da ajuda externa.

A situação de pobreza tende a marginalizar um número cada vez maior de cidadãos que procuram sobreviver através do recurso à criminalidade e ameaça ao bem-estar e integridade física das pessoas. Este recurso à ilegalidade pode assumir contornos de violência num país que recentemente conviveu com a guerra e com abundância de armamento ainda por controlar, recolher ou destruir.

Em termos macro-económicos, Moçambique enfrenta os seguintes desafios:

1. O investimento internacional é reduzido e insuficiente para as necessidades de recuperação das infra-estruturas fundamentais para o transporte de mercadorias e pessoas, para recuperação da indústria. A criação de novos empregos cresce em ritmo muito lento e, em termos de capacidade, está muito aquém de absorver a grande massa de desempregados.
2. A produção agrícola é deficitária e incapaz de responder às necessidades do país. As empresas agrícolas estão a dar os primeiros passos, as pequenas empresas familiares ainda não tiveram os apoios necessários para acelerar a sua recuperação e a agricultura do sector familiar, principalmente nas zonas mais remotas do país, está no limiar da subsistência.
3. A reduzida rede de transporte vem agravar os bloqueios ao desenvolvimento da agricultura em muitas zonas do país, onde o acesso difícil causa problemas de colocação de insumos para a produção e para o escoamento de excedentes de produção.
4. A reabilitação de infraestruturas, serviços de apoio e serviços sociais (postos de saúde, escolas, segurança social, habitação, transporte e apoio técnico aos sectores produtivos) tem sido lenta e, quando feita, torna-se difícil a manutenção do funcionamento eficaz dessas instituições. A escassez de quadros e de recursos técnicos e financeiros torna difícil prever uma melhoria sensível a curto prazo para estas áreas.

Moçambique é um país eminentemente agrícola. A agricultura representa cerca de 40% do Produto Interno Bruto do país e cerca de 60% das exportações. 85% da população vive da agricultura. Não obstante estas condições e as boas colheitas nos anos mais recentes, Moçambique ainda enfrenta um défice na produção de cereais em relação às necessidades de consumo.

O objectivo central da estratégia de longo prazo do governo é a redução da pobreza através da promoção do crescimento económico com o uso intensivo da força de trabalho, num ambiente de paz, estabilidade e unidade nacional. A prioridade fundamental é a redução da pobreza nas zonas rurais onde vive 90% da população do país.

Para alcançar o objectivo global de redução da pobreza, o governo centrou a sua atenção em quatro áreas principais de actividade, nomeadamente:

- a) *a reabilitação de infraestruturas chave*
- b) *a restauração da produção agrícola*
- c) *a criação de um ambiente favorável ao investimento privado*
- d) *o desenvolvimento dos recursos humanos.*

Nas zonas rurais, a estratégia governamental para o aumento dos rendimentos concentra-se na liberalização dos mercados agrícolas e no investimento na infraestrutura rural, em particular na expansão da rede de estradas rurais.

Espera-se que estas iniciativas abram novas oportunidades para os produtores rurais, incentivando a comercialização da sua produção, o aumento do preço ao produtor, conduzindo deste modo ao crescimento da produção agrícola, do emprego nas fazendas agrícolas e do rendimento dos produtores. Espera-se que estas medidas resultem igualmente no aumento de emprego não-agrícola, como consequência directa da implementação de projectos de infraestrutura rural com o uso intensivo da força de trabalho e indirectamente, através de novas oportunidades e da procura gerada pelo aumento dos rendimentos nas zonas rurais.

A médio prazo, o governo definiu como objectivos de acção os seguintes, entre outros:

- a) *implementação de políticas macro-económicas para corrigir as distorções estruturais da economia*
- b) *redistribuição dos rendimentos para promoção da igualdade social*
- c) *fortalecimento da administração pública*
- d) *promoção do crescimento do investimento no sector privado.*

No quadro descrito previamente, a Skillshare África considera fundamental apoiar a estratégia governamental para o combate à pobreza, enquanto que igualmente desenvolve a sua cooperação com as Organizações Não Governamentais (ONGs) nacionais para a melhoria das condições de vida das comunidades beneficiárias das suas actividades.

É nesta perspectiva que foram identificados os objectivos estratégicos e as áreas de actividades do programa da Skillshare África em Moçambique em particular na saúde, educação, municipalidades, desenvolvimento rural, produção alimentar e meio ambiente, por forma a contribuir para o esforço do Desenvolvimento Humano e consolidação das estruturas democráticas do país.

A actividade passada da Skillshare África em Moçambique

O Serviço Voluntário Internacional (IVS)/Skillshare África começou a envolver-se no desenvolvimento da África Austral na década dos anos 60. A actividade fundamental do IVS estava empenhada no desenvolvimento sustentável e na paz. Em 1990, o chamado “programa do ultramar” separou-se do IVS e criou-se a Skillshare África, uma organização de fins não lucrativos, orientada por um Conselho de Mandatários.

A Skillshare África opera actualmente na África Austral, nomeadamente na África do Sul, Botswana, Lesotho, Moçambique, Namíbia e Suazilândia.

O IVS iniciou a sua actividade em Moçambique em 1979, tendo colocado desde essa altura mais de 300 trabalhadores do desenvolvimento, especialmente nas áreas de saúde e educação. No sector da saúde, a assistência técnica (médica) ao Hospital Provincial de Lichinga, a reabilitação das suas infraestruturas com o apoio financeiro da União Europeia, como também a assistência técnica ao Hospital Provincial de Pemba, ao Hospital Central de Nampula, ao Hospital Provincial de Chimoio e à Direcção Provincial de Saúde de Maputo, caracterizam as principais acções levadas a cabo neste período.

Na área da educação, a actividade focou-se no apoio aos cursos de têxteis e cerâmica na Escola de Artes Visuais e ao ensino da língua inglesa em instituições do ensino superior, nomeadamente na Universidade Eduardo Mondlane, Universidade Pedagógica da Beira, Universidade Católica de Nampula e Universidade de Cuamba, bem como em escolas secundárias nas províncias da Zambézia e Nampula. A Skillshare África tem-se empenhado também em providenciar assistência técnica através de trabalhadores do desenvolvimento ao Serviços de Planeamento Físico tanto ao nível da Província de Sofala, da Cidade da Beira, bem como ao nível das estruturas nacionais.

Mais recentemente, na sequência duma cooperação iniciada nos anos 80, a Skillshare África restabeleceu o apoio e a cooperação com o Instituto de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala (IDPPE).

Durante os próximos cinco anos, tencionamos manter e reforçar o nosso apoio a estas áreas de actividade enquanto que desenvolvemos paralelamente novas parcerias.

Objectivos estratégicos da Skillshare África para o Programa de Moçambique

Assistência Sanitária

Moçambique herdou um sistema de saúde do período colonial quase totalmente concentrado nas zonas urbanas, com excepção de algumas unidades sanitárias geridas por instituições religiosas e providenciando quase que unicamente medicina curativa.

Depois da Independência do país, o sistema nacional de saúde estruturou-se no sentido de providenciar assistência médica e medicamentosa a toda a população, nas seguintes bases:

- a) expandir a rede sanitária e os benefícios do sistema nacional de saúde a todo o país, dando prioridade à medicina preventiva*
- b) desenvolver as unidades nacionais de assistência*
- c) definir e implementar estratégias adequadas para combater as principais doenças.*

As reformas introduzidas em 1991, reafirmaram os princípios da política sanitária, em particular:

- a) maximização dos benefícios pela utilização dos recursos disponíveis*
- b) igualdade na distribuição de recursos e no acesso aos cuidados de saúde entre regiões e grupos sociais*
- c) liberdade dos utentes na escolha dos fornecedores dos cuidados de saúde;*
- d) coexistência dos sectores público e privado*

e) preservação das bases e experiências positivas acumuladas pelo serviço nacional de saúde nas áreas de cuidados primários de saúde e medicamentos essenciais.

De acordo com o RNDH 1998, a esperança média de vida à nascença é de 46,3 anos de idade, enquanto que a taxa global de mortalidade é de 18,6 por 1.000 habitantes e a taxa de mortalidade infantil é de 134 por cada 1.000 nascimentos. O SIDA está-se a transformar num problema grave, calculando-se que 10% da população seja sero-positiva.

Por outro lado, um em cada três postos sanitários e um em cada cinco centros de saúde tinham deixado de funcionar ou sido destruídos durante o período da guerra. A preocupação do governo tem sido acelerar o processo de reconstrução destas unidades. Em 1997, 1054 unidades estavam em funcionamento.

Os objectivos definidos para o sector de saúde e reafirmados no Documento da Política Sectorial são os seguintes:

- redução da mortalidade, da morbilidade e do sofrimento, particularmente nos grupos mais vulneráveis tais como mulheres, crianças e a população deslocada em consequência da guerra e das calamidades naturais;
- preservação dos cuidados primários de saúde como base para o fornecimento de cuidados de saúde de boa qualidade e sustentáveis e possibilitar o seu acesso à maioria da população

- desenvolvimento da capacidade técnica e de gestão do Ministério da Saúde para a planificação, implementação e avaliação dos cuidados de saúde e dos serviços de apoio.

Durante os próximos cinco anos, nós:

- ***melhoraremos o acesso das comunidades rurais aos serviços de assistência sanitária apoiando a capacitação institucional da saúde ao nível distrital e local através do desenvolvimento de aptidões técnicas dos trabalhadores da saúde***
- ***apoicaremos a realização de programas de cuidados primários de saúde para comunidades rurais, ao nível distrital e local, através do desenvolvimento de aptidões técnicas dos trabalhadores da saúde***

Educação, Formação e Emprego

A educação é uma pré-condição fundamental para o desenvolvimento sustentável em Moçambique. O sistema educacional actual em Moçambique é influenciado pelas diversas fases que atravessou no passado até chegar ao momento presente.

Imediatamente após a Independência Nacional, o sistema educacional foi inteiramente reformulado e sofreu uma expansão explosiva como componente fundamental para o desenvolvimento nacional e em contraposição à política colonial conducente à exclusão da maioria da população.

Embora enormes resultados tenham sido alcançados num curto período de tempo (1975-1982) tal como a redução da taxa de analfabetismo para 66% em 1992 (the Economist Intelligence Unit, Mozambique Country Profile 1999-2000), a intensificação da guerra afectou o progresso ulterior neste campo.

De 5.886 escolas primárias existentes em 1983, só 3.384 estavam em funcionamento em 1992, tendo as restantes sido destruídas durante a guerra. De acordo com o RNDH 1998, em 1995 somente 40.1% da população adulta estava alfabetizada, sendo 57.7% o valor correspondente para homens e 23.3% para mulheres.

Estes factos determinam que a reabilitação, expansão e melhoria do sistema nacional de educação se tornem elementos críticos da estratégia do Governo para o desenvolvimento, tanto a curto como a longo prazo.

A longo prazo, o acesso universal a educação de qualidade aceitável é essencial para o desenvolvimento dos recursos humanos do País e para o crescimento da sua economia. O acesso crescente e a melhoria da qualidade da educação básica são mecanismos poderosos de redistribuição social e de promoção da igualdade social.

Nesta perspectiva, a política governamental tem priorizado a recuperação da rede escolar primária estando, em 1997, em funcionamento 5.689 escolas. Por outro lado, o governo pretende aumentar a proporção do orçamento atribuído à educação dos actuais 17% para 22% e 25% nos próximos anos, tornando a educação no segundo sector recipiente dos fundos de investimento público, a seguir às estradas.

O RNDH 1998 prevê que a taxa de alfabetização adulta cresça de 40.1% em 1995 para 63% em 1998 e que a taxa bruta de escolaridade conjunta cresça de 25% para 42% no mesmo período.

Durante os próximos cinco anos, nós:

- *daremos assistência ao desenvolvimento da capacidade de ensino da língua inglesa ao nível universitário, do ensino secundário e ao nível distrital através de apoio a programas de formação de professores nesta área*
- *apoicaremos na melhoria da qualidade de formação em artes visuais através da participação na formação de estudantes, no desenvolvimento curricular e na formação de professores em parceria com a Escola de Artes Visuais de Maputo*

Administração Local: Municípios

Com uma área de 799.380 km², Moçambique está administrativamente dividido em 10 Províncias e a Cidade de Maputo. As províncias por sua vez estão divididas em Distritos e estes em Localidades. Em todo o país, há 124 distritos, 394 postos administrativos e 1042 localidades.

Os distritos e, em particular, as localidades constituem o elo mais directo de ligação do cidadão com os serviços básicos que influenciam o seu nível de vida e o Índice de Desenvolvimento Humano, tais como acesso à educação, saúde, água potável e energia, acesso à terra e habitação e apoio à actividade produtiva que gera o rendimento do indivíduo e do agregado familiar.

Ao nível da localidade, o cidadão tem a possibilidade de participar e influenciar as estruturas democráticas do poder no sentido de melhorar o fornecimento de bens e serviços às comunidades a que serve. É ao nível da localidade que residirá a fonte fundamental da receita do Estado quando a actividade económica estiver completamente restaurada.

O funcionamento do Estado a nível local é portanto fundamental para a consolidação da democracia e para a melhoria do nível de vida das populações. Com esse fim, a descentralização da administração estatal tem sido uma das prioridades da política governamental. Nessa perspectiva, em 1998, realizaram-se eleições em 33 cidades mais importantes no sentido de promover a descentralização da autoridade política e de criar governos locais representativos das respectivas comunidades. A intenção é estender, no futuro, esta experiência ao nível distrital e, posteriormente, às localidades.

Durante os próximos cinco anos, nós:

- *reforçaremos os processos democráticos e a boa governação através da assistência às comunidades rurais para participação no processo de tomada de decisões nos municípios de Angoche e Nacala.*
- *apoicaremos a capacitação institucional das autoridades municipais em Angoche e Nacala para prestação de serviços às comunidades locais*

Desenvolvimento rural

A esmagadora maioria da população moçambicana vive nas zonas rurais e, conseqüentemente, foi o grupo mais afectado pela guerra, enfrentando o êxodo interno e para os países vizinhos no sentido de assegurar a sua sobrevivência.

Para além de ter causado para cima de 1,5 milhões de refugiados e mais de 4 milhões de deslocados internamente, a guerra provocou a paralização quase total da agricultura familiar e a destruição de infraestruturas de apoio ao meio de vida rural, tais como estradas e pontes, postos de comercialização, sistemas de fornecimento de água e energia eléctrica, e unidades escolares e sanitárias.

Estas destruições impediram a continuação do desenvolvimento económico e social das populações nas zonas rurais, causando inclusivamente o seu retrocesso.

De acordo com o RNDH 1998,

- 54.3% da população rural abastece-se de água de poços
- 36.5% da população rural abastece-se de água de superfície (rios, lagos, etc)
- 73.2% da população rural não tem facilidades sanitárias de qualquer tipo
- 89.5% da população rural vive em habitação de chão natural

o que dá uma indicação do grau de privações que a população rural enfrenta. Esta situação torna-se ainda mais grave se se considerar que a destruição fundamental de infraestruturas de educação e saúde teve lugar quase que exclusivamente nas zonas rurais.

Durante os próximos cinco anos, nós:

- *melhoraremos o nível de vida das comunidades rurais nas províncias de Nampula e Maputo através de assistência a programas de produção agrícola e pecuária bem como a outros programas geradores de rendimento*
- *apoicaremos a edificação da capacidade de prestação de assistência sanitária, educação e fornecimento de água às comunidades rurais nas províncias de Nampula e Maputo através do desenvolvimento de aptidões técnicas*
- *melhoraremos o acesso aos mercados das comunidades rurais das províncias de Nampula e Maputo através do apoio à reabilitação de estradas rurais*

Produção alimentar

Moçambique é potencialmente um país rico na produção de produtos alimentares, nomeadamente agrícolas, pecuários e pesqueiros. Contudo, anos consecutivos de guerra danificaram e reduziram a produção agrícola comercial, paralizaram a produção agrícola familiar, destruíram a esmagadora maioria dos efectivos pecuários e bloquearam as vias de comunicação, dificultando a actividade das poucas unidades em funcionamento.

A estabilidade económica alcançada com os acordos de paz em 1992 e com a realização das eleições em 1994, combinada com boas condições climáticas e reformas económicas introduzidas no mesmo período, tiveram imediato impacto na melhoria da produção agrícola, em particular do sector familiar.

Em consequência destas acções, Moçambique reduziu a importação de cereais de 1,2 milhões de toneladas em 1992/93 para 201.000 toneladas em 1997/98, sendo actualmente auto-suficiente na produção de milho.

Durante o período da guerra, o sector pesqueiro industrial e semi-industrial, muito pouco afectado pela guerra, manteve uma captura de 500 mil toneladas anuais de produtos pesqueiros e constituiu uma das fontes principais de exportação. O sector de pesca tradicional, envolvendo dezenas de milhares de pescadores tradicionais e suas famílias, a maioria localizado em áreas isoladas, dependendo do escoamento e fornecimento de materiais, viu-se mais afectado pela guerra.

Actualmente, a capacidade total de produção alimentar, uma das principais fontes potenciais de rendimento para a maioria da população e consequentemente da redução da pobreza, está longe de ter sido esgotada e sofre constrangimentos estruturais resultantes do estado das infraestruturas.

Durante os próximos cinco anos, nós:

- *apoiaremos a edificação da capacidade e o aumento da produção da pesca de pequena escala por meio do desenvolvimento de aptidões técnicas através do Instituto de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala*

Meio ambiente

Moçambique é um país com bastantes recursos hídricos, florestais e de fauna bravia, com uma linha costeira de 2.500 km oferecendo um tremendo potencial para o desenvolvimento turístico. A área florestal é estimada em 19 milhões de hectares.

Este é um dos sectores mais afectados pela guerra, em particular o sector de florestas e fauna bravia. Calcula-se que, devido à escassez de outras fontes de energia, o consumo de lenha atingiu a média anual de 400.000 toneladas por ano, ultrapassando os esforços de reflorestamento e conduzindo à deterioração do meio ambiente.

Durante os próximos cinco anos, nós:

- *apoiaremos a melhoria da gestão ambiental através do apoio a programas de planeamento físico e de protecção ambiental*

Verificação e Avaliação

A implementação do Programa de Moçambique será, ao longo do período de cinco anos, verificado em relação aos objectivos estratégicos definidos, como também ao nível das actividades de programas específicos com as organizações parceiras de cooperação. Isto será levado a cabo usando os sistemas actualmente existentes ou criando os necessários novos sistemas para esse fim.

O Programa de Moçambique será também avaliado interinamente, depois de dois anos e meio, e no fim do período de cinco anos. Estas avaliações focarão no impacto do programa ao nível dos beneficiários, em relação aos objectivos estratégicos e à cooperação de longo prazo com os parceiros do programa.

Os objectivos estratégicos serão revistos anualmente e actualizados, se necessário, de acordo com as mudanças das necessidades do país.

**Presidente do Conselho
de Mandatários:**

Sarah Wescott

Director:

Dr Cliff Allum

**Gestor de Programas de
Desenvolvimento:**

Luis Silva

**Director do Programa de
Moçambique e Swazilândia:**

Albano Veiga Junior

Comissão Consultiva do Programa:

Ibraímo Issufo, Presidente

Dr. Abudo Hungwana, Vice-Presidente

Alberto de Sousa

João Albino Júnior

Sofiante Inácio

Skillshare África

CP 2634 · Maputo · Moçambique

Tel: +258 1 309 710 · +258 1 303 602

e-mail: skillshare-moz@gco2.poptal.org.uk

Website: www.skillshare.org

Número de registo de NGO

no Reino Unido: 802576

Empresa de garantia limitada, registada no

Reino Unido Sob o número 2447107, Inglaterra

